

Setúbal: é preciso recuperar a credibilidade no planejamento.

Aestabilidade econômica do Brasil somente será alcançada com a recuperação da credibilidade do planejamento a médio e longo prazo, a reforma tributária, a reordenação do aparelho estatal, a reversão do perfil industrial, a reorientação dos investimentos, a unificação orçamentária e a distribuição clara das áreas de competência entre os setores público e privado. Foi o que afirmou ontem em Campinas o presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal, em conferência para um grupo de estagiários da Adesg.

Setúbal fez um apelo para "o compromisso ético e a autoridade moral" para evitar o descrédito a nível internacional. Exemplificando, condenou expedientes "pouco ortodoxos" para conter importações e ampliar exportações, como as operações de lease-back e acertos contabeis, "que podem levar os magos a acabar acreditando nos seus próprios truques". Para o ex-prefeito da Capital, não se pode mais continuar dizendo que o déficit público foi de 4,5% do PIB quando o FMI constatou 16%.

Fazendo um diagnóstico da evolução do processo de industrialização no País, Setúbal afirmou que o esforço nesse sentido trouxe problemas como a descoordenação dos gastos governamentais, a ênfase em projetos grandiosos concebidos antes mesmo da existência da demanda, a proliferação de empresas públicas redundantes, o au-

mento da discrepância entre os orçamentos monetários e fiscal com relação ao das estatais, e o desproporcional crescimento das despesas de custeio quando comparadas com cada cruzeiro investido.

Essas distorções, segundo a exposição de Setúbal, foram agravadas pelas incapacidade de afirmação política do Legislativo e a hiperfroia do Executivo, contribuindo para um quadro de "ciranda inflacionária". Como decorrência, disse, houve a explosão das taxas de juros, a especulação financeira e um imenso déficit público financeiro pela inflação, pela emissão da moeda, pelo aumento da carga tributária e pela oferta de títulos públicos e pelo endividamento externo. Setúbal afirmou também que as empresas estatais, apesar de institucionalmente governamentais, na prática se tornaram autônomas.

O setor público é responsável por 60% dos investimentos totais e por 70% da dívida externa, disse ainda. Por isso, a iliquidez do País e a violenta recessão por que passamos exigem "uma ampla reformulação desse quadro, a fim de que não percamos o controle sobre nosso próprio futuro", advertiu o presidente do Banco Itaú, para o qual "a crise atual é bastante grave, mas as dificuldades conjunturais não podem ser superadas sem um profundo reexame de nossos dilemas estruturais, implicando uma reavaliação das funções econômicas governamentais".